



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 250,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

### SUMÁRIO

### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### Presidente da República

##### Decreto Presidencial n.º 111/15:

Aprova o Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural — PROFIR e o respectivo Plano de Acção para o período 2015-2017. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

#### Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

##### Decreto Executivo n.º 258/15:

Aprova o Código de Conduta dos Funcionários e Agentes Administrativos deste Ministério.

#### Ministério dos Petróleos

##### Decreto Executivo n.º 259/15:

Autoriza a prorrogação da Fase Inicial de Pesquisa do Contrato de Serviços com Risco do Bloco 21/09, por um período de dois anos, a contar de 1 de Março de 2015.

#### Ministério das Finanças

##### Despacho n.º 142/15:

Subdelega plenos poderes a Silvio Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para representar este Ministério na prática de todos os actos administrativos necessários para a assinatura e execução do Contrato de empreitada de obras de ampliação da Residência Protocolar do Vice-Procurador Geral da República, sita no Projecto «Nova Vida», em Luanda, com a empresa Pedacos de Casa, Lda.

##### Despacho n.º 143/15:

Altera o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos, aprovado pelo Despacho n.º 130/03, de 28 de Novembro.

#### Ministério da Assistência e Reinserção Social

##### Despacho n.º 144/15:

Indica Marlino Daniel Sambongue, Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para representar este Ministério na assinatura do Contrato-Programa de Cessão da Gestão do Centro de Desenvolvimento da Criança «Nova Esperança».

#### Decreto Presidencial n.º 111/15

de 13 de Maio

O Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural (PROFIR) enquadra-se nas orientações expressas no Programa do Governo e no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, inserindo-se nas Políticas Nacionais de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação da Economia e de Promoção do Empreendedorismo e Desenvolvimento do Sector Privado a nível local, com o macro objectivo de melhoria da qualidade de vida dos angolanos;

O PROFIR constitui uma das componentes do Programa de Industrialização de Angola 2013-2017 e, a esse título, reúne um conjunto de medidas e um plano de acção que, de forma articulada com outros programas em curso a nível local, concorrem para o fomento da pequena indústria rural;

Considerando que se trata de um Programa que visa mobilizar e valorizar as capacidades empreendedoras existentes nas comunidades rurais, municípios e províncias, bem como promover o empreendedorismo e a geração de rendimentos através do fomento de micro-empresas industriais de âmbito familiar;

Tendo em conta que o PROFIR deve ser implementado em articulação com outros programas fundamentais, nomeadamente, o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, o Programa de Reabilitação das Vias Secundárias e Terciárias e outros programas de apoio ao comércio rural e ao desenvolvimento do sector agrário nas localidades.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

**ARTIGO 1.º**  
(Aprovação)

É aprovado o Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural — PROFIR e o respectivo Plano de Acção para o período 2015-2017, anexos ao presente Decreto Presidencial e que dele são partes integrantes.

**ARTIGO 2.º**  
(Coordenação)

O PROFIR é coordenado pela Ministra da Indústria a quem cabe decidir sobre todas as questões a ele inerentes.

**ARTIGO 3.º**  
(Execução)

A execução do PROFIR é da responsabilidade do Ministério da Indústria, ao qual incumbe promover, articular, relatar, implementar e acompanhar todas as acções do Programa.

**ARTIGO 4.º**  
(Órgão de acompanhamento)

A Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros deve fazer o acompanhamento sistemático do PROFIR e fazer as devidas recomendações.

**ARTIGO 5.º**  
(Dever de informação)

Trimestralmente, o Ministério da Indústria deve elaborar um Relatório de Progresso a ser submetido à apreciação do Titular do Poder Executivo.

**ARTIGO 6.º**  
(Prazo de regulamentação)

O presente Decreto Presidencial deve ser regulamentado no prazo de 30 dias.

**ARTIGO 7.º**  
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**ARTIGO 8.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

**ARTIGO 9.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 20 de Fevereiro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.



## Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural

Memória Descritiva



### Apresentação do PROFIR

*Um programa integrado e estruturado para desenvolver a indústria e as comunidades*

**O PROFIR visa a promoção da pequena indústria rural a nível nacional através do fomento de micro-empresas industriais a nível das comunas e municípios.**

O PROFIR opera em articulação com outros Programas do Executivo, fundamentalmente o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

#### Objectivos gerais :

- Aumento do Emprego e Geração de Rendimentos a Nível Local
- Redução da Pobreza no Meio Rural e das Assimetrias Regionais
- Diversificação da Economia
- Integração das unidades do mercado informal



## Âmbito do PROFIR

*O Programa está estruturado para estimular as indústrias em todas as Províncias*

- ✓ **Actuação:** o PROFIR é um instrumento operacional ao serviço dos pequenos promotores das comunidades rurais
- ✓ **Horizonte temporal:** 2015-2017
- ✓ **Âmbito Territorial:** Nacional, 18 Províncias
- ✓ **Implementação do Programa:** Ministério da Indústria
- ✓ **Impacto Sectorial:** estímulo a mais de 20 actividades da indústria transformadora nacional
- ✓ **Investimento:** 6.180.461.503 Kzs/61.804.615 USD (2015-2017)
- ✓ **Unidades industriais:** 256 (117 novas e 139 a requalificar)



## Seleção e definição das actividades industriais

*Aproveitamento do conhecimento no terreno por parte do Ministério da Indústria*

Na selecção das indústrias a desenvolver no âmbito do PROFIR foi indispensável o levantamento efectuado pelo CIANG – Censo da Indústria de Angola, bem como o conhecimento adquirido por via dos programas dirigidos pelo MINAGRI, do PAPAGRO e do CIMPA.

**PROFIR**

## **Factores de selecção das actividades industriais**

*Foco no aproveitamento dos recursos humanos e endógenos das Comunidades Rurais*

**Necessidades locais de consumo**

**Existência de matéria prima**

**Sinais de empreendedorismo real e/ou potencial**

**Exequibilidade de substituição de importações internas e/ou externas**

**Potencial de desenvolvimento na cadeia de valor dos produtos/actividades**



## Sectores promovidos

*Impacto em mais de 20 actividades industriais*

### Agro-indústria

- Moinhos de Mandioca, para a produção de fuba de bombó
- Unidades de torrefacção de farinha de mandioca
- Moinhos de milho, para a produção de fuba de milho
- Unidades de produção de doces e polpas
- Unidades de produção e embalagem de óleo de palma
- Unidades de transformação e torrefacção de café
- Unidades de destilação de cana de açúcar e milho
- Unidades de produção de rações
- Unidades de secagem, descasque, branqueamento e embalagem de arroz

### Indústria Alimentar

- Unidades de panificação e pastelaria
- Unidades de seca de peixe
- Unidades de processamento de mel e cera

### Indústria da Madeira

- Serrações
- Carpintarias
- Marcenarias
- Estofadores

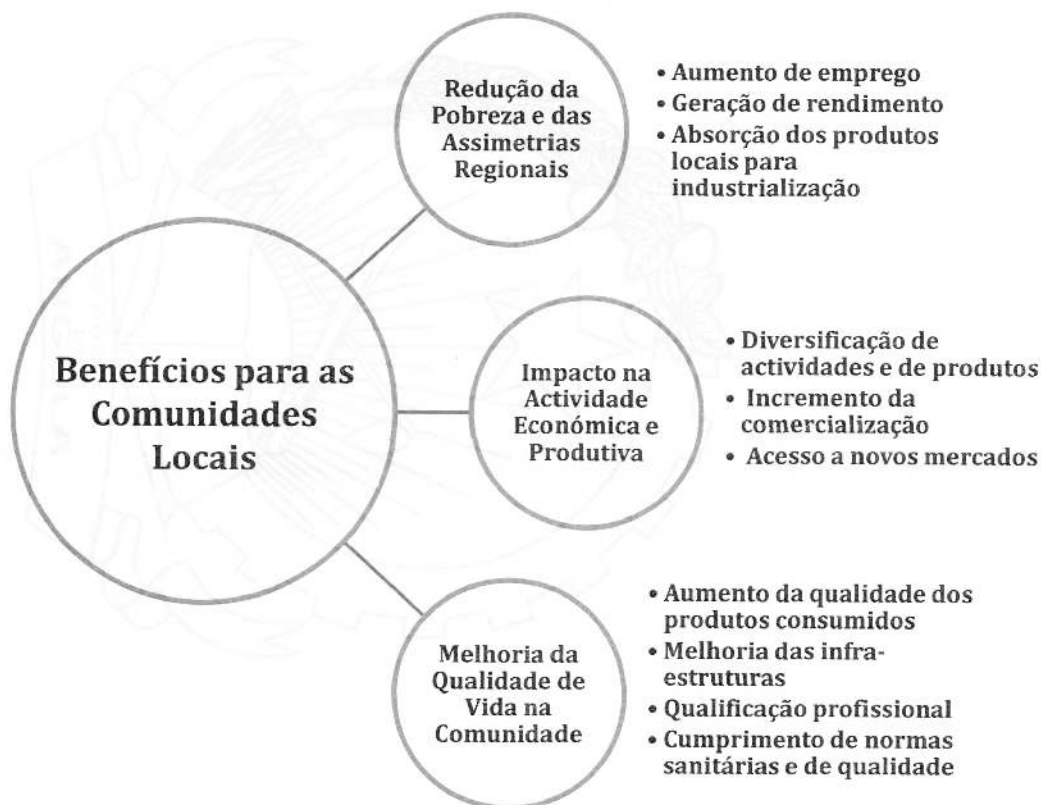
### Prestação de Serviços e Outras Actividades

- Serralharias
- Oficinas de motorizadas e triciclos, e reparação de respectivos pneus e câmaras de ar
- Oficinas para tractores agrícolas, reboques e alfaia e reparação de pneus e câmaras de ar
- Alfaiatarias por medida e unidades de confecção de roupa (produção em série)
- Unidades de olaria
- Unidades de reciclagem de óleos, materiais ferrosos e plásticos
- Unidades de passamanarias



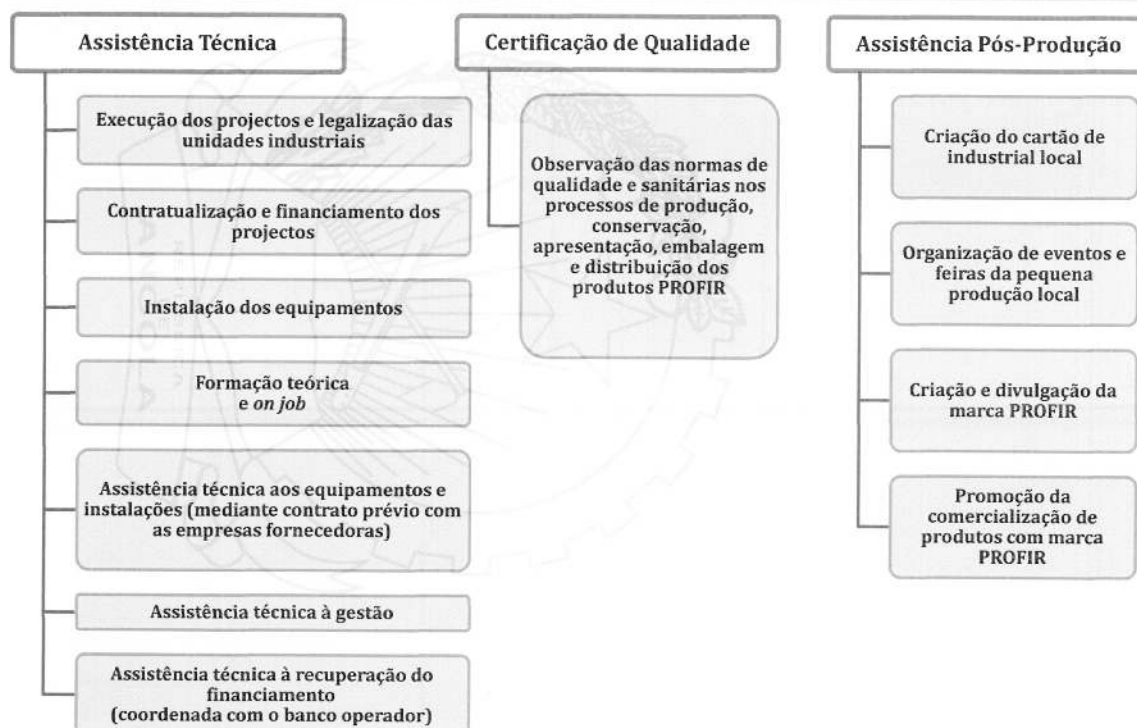
## Benefícios para as Comunidades Locais

*Desenvolvimento sustentado das Comunidades*



## Operacionalização do PROFIR

*Um programa orientado para apoiar os promotores*





## Unidades industriais contentorizadas (I)

### *Apresentação*



Para o arranque do projecto foram identificados e seleccionados, fornecedores locais especializados na reciclagem de contentores marítimos e, que neles integram micro e pequenas unidades industriais, utilizando para o efeito equipamentos de acordo com as melhores normas de qualidade internacional.

A assistência técnica às instalações e aos equipamentos, incluindo a reposição de sobresselentes, é garantida pelos fornecedores mediante contratos previamente assinados.



## Unidades industriais contentorizadas (II)

### *Alguns Exemplos*

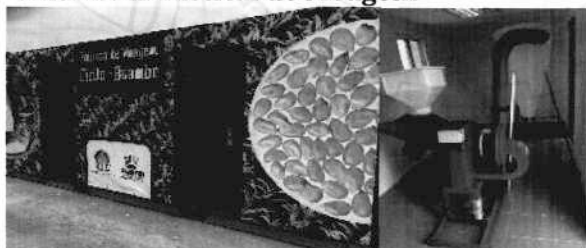
#### Unidade industrial de Panificação



#### Unidade industrial de Confeccções



#### Unidade industrial de Moagem





## PROFIR em números

*O impacto no Triénio 2015-2017*

UNIDADES INDUSTRIAIS A IMPLANTAR/ANO (VALOR E N.º)					
ANO	N.º DE UNIDADES INDUSTRIAIS	N.º DE NOVAS UNIDADES	N.º DE UNIDADES REQUALIFICADAS	VALOR TOTAL/ANO (KZS.)	VALOR TOTAL/ANO (USD)
2015	108	23	85	2.098.414.500	20.984.145
2016	74	37	37	2.053.247.001	20.532.470
2017	74	57	17	2.028.800.001	20.288.000
<b>TOTAIS</b>	<b>256</b>	<b>117</b>	<b>139</b>	<b>6.180.461.503</b>	<b>61.804.615</b>





## PROFIR em números por Províncias

*As unidades industriais são distribuídas pelas 18 Províncias*

PROVÍNCIA	N.º DE UNIDADES INDUSTRIAIS A INSTALAR	INVESTIMENTO (2015-2017)	
		KWANZAS	USD
Bengo	14	255.400.000	2.554.000
Benguela	18	330.717.500	3.307.175
Bié	18	424.680.000	4.246.800
Cabinda	12	364.066.000	3.640.660
Quando-Cubango	17	394.050.000	3.940.500
Cuanza-Norte	15	505.622.500	5.056.225
Cuanza-Sul	14	357.905.000	3.579.050
Cunene	3	58.325.000	583.250
Huambo	17	451.350.000	4.513.500
Huíla	17	475.870.000	4.758.700
Luanda	8	243.825.000	2.438.250
Lunda-Norte	18	382.530.003	3.825.300
Lunda-Sul	14	321.880.000	3.218.800
Malanje	14	329.680.500	3.296.805
Moxico	16	431.480.000	4.314.800
Namibe	18	368.855.000	3.688.550
Uíge	10	215.680.000	2.156.800
Zaire	13	268.545.000	2.685.450
<b>TOTAL</b>	<b>256</b>	<b>6.180.461.503</b>	<b>61.804.615</b>



## Divulgação do PROFIR

*Será realizada através de acções nas províncias e nos municípios*

# O PROFIR EM MOVIMENTO



# UM PROGRAMA DO

GOVERNO DE  
**ANGOLA**  
Ministério da Indústria

PLANO DE ACÇÃO DO PROFIR – PROGRAMA DE FOMENTO DA PEQUENA INDÚSTRIA RURAL															
TAREFAS	PERÍODO (MESES)												RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	ORÇAMENTO
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
1	Elaborar regulamento do PROFIR												MIND		
2	Contratar Serviços de Assistência Técnica												MIND	SAT	
3	Identificar potenciais promotores												MIND	SAT + GP + AM + PCP	
4	Contratualizar a aquisição das unidades industriais												MIND	FORNECEDORES	
5	Apoiar os promotores na elaboração dos planos de negócio												MIND	SAT+PROMOTORES	
6	Apoiar a contratualização entre os promotores e o banco operador												MIND	SAT + BANCO OPERADOR+PROMOTORES	
7	Capacitar os promotores na gestão do negócio												MIND	SAT + GP + AM+PROMOTORES	6.180.461.503 Kzs/ 61.804.615 USD
8	Implantar as unidades industriais												MIND	FORNECEDORES + GP + AM + PROMOTORES	
9	Apoiar os promotores na contratualização da assistência pós-venda das unidades industriais												MIND	SAT + FORNECEDORES + PROMOTORES	
10	Formação <i>on job</i>												MIND	SAT + PROMOTORES	
11	Assistência no desenvolvimento do negócio (controlo de qualidade e comercialização)												MIND	SAT+ PROMOTORES	
12	Apoiar os promotores na gestão, visando recuperar os financiamentos												MIND	SAT + BANCO OPERADOR + PROMOTORES	

LEGENDA: SAT - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GP - GOVERNOS PROVINCIAIS, AM - ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS, PCP - PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA (PROGRAMAS DIRIGIDOS PELO MINAGRI, PAPAGRO, CIMPA, ...)

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

**Decreto Executivo n.º 258/15**  
de 13 de Maio

Propondo-se tornar o Sector da Justiça num factor de desenvolvimento económico e social, viabilizando a celeridade, reforço, qualificação e melhoria da capacidade de resposta às variadas solicitações que lhe são acometidas;

Considerando que a concretização destes objectivos e o cumprimento das suas tarefas exige que todos os funcionários e agentes administrativos actuem de forma concertada e que exista clareza quanto aos comportamentos e atitudes esperadas individualmente;

Convindo para o efeito criar e divulgar um Código de Conduta, com normas claras e de fácil percepção, que complementem os princípios orientadores constantes do regime disciplinar, da pauta deontológica e da probidade na função pública, que deverão guiar os funcionários e agentes administrativos no dia-a-dia, independentemente do cargo que desempenhem, para que possam, assim, contribuir para a execução da missão do Ministério;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea e) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, determino:

1. É aprovado o Código de Conduta dos Funcionários e Agentes Administrativos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele faz parte integrante.

2. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor no 15.º dia após a sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Maio de 2015.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangueira*.

### CÓDIGO DE CONDUTA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

#### CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º  
(Âmbito)

O presente Código de Conduta aplica-se a todos os Funcionários Públicos e Agentes Administrativos do MJDH, doravante designados apenas por Funcionários, independentemente do seu cargo, nível académico e local de actividade, incluindo os que exercem funções de Direcção e Chefia.

ARTIGO 2.º  
(Conteúdo)

O Código de Conduta compreende um conjunto de deveres de índole ético- profissional e social que impendem sobre os funcionários no exercício das suas actividades, nas relações entre si, com os cidadãos e com os diferentes órgãos do Estado.

ARTIGO 3.º  
(Aplicação)

A aplicação do presente Código complementa as normas de conduta previstas no Regime Disciplinar dos Funcionários Públicos e Agentes Administrativos, na Pauta Deontológica do Serviço Público, na Lei da Probidade Pública e demais legislação pertinente.

#### CAPÍTULO II Dos Deveres e Direitos

SECÇÃO I  
Dos Deveres

ARTIGO 4.º  
(Regras gerais de comportamento)

O funcionário deve:

- a) Cumprir rigorosamente o horário de trabalho, pautando-se pela pontualidade e assiduidade;
- b) Cumprir imediata, exacta e lealmente as ordens de serviço escritas ou verbais dos seus superiores hierárquicos;
- c) Cumprir diligentemente as suas tarefas e funções durante o horário de trabalho, não devendo exercer actividades incompatíveis com as suas tarefas e funções;
- d) Respeitar os seus superiores hierárquicos, colegas e subordinados, tratando-os em todas as circunstâncias com urbanidade;
- e) Pautar o seu comportamento por uma conduta social responsável;
- f) Desempenhar com escrupulo, correcção e diligência as tarefas de que for incumbido;
- g) Desempenhar as tarefas atribuídas com zelo, profissionalismo, dedicação, integridade e qualidade, contribuindo para a tomada, de forma célere, de decisões que sejam legais e justas;
- h) Actuar de forma justa, objectiva e imparcial no tratamento e resolução das questões sob sua responsabilidade, com diligência, rigor e eficácia;
- i) Exercer a sua função exclusivamente ao serviço do interesse público;
- j) Manter isenção, não se servindo do seu cargo e do exercício das suas funções para prosseguir objectivos e interesses particulares;
- k) Desenvolver um esforço permanente e sistemático de actualização dos seus conhecimentos, de modo a aumentar e melhorar os seus conhecimentos gerais, técnicos e científicos;